



José Cruz

Senadores da CCIJ decidem sobre mudança nos convênios de ONGs, objeto de denúncias

Licitação obrigatória para contratar ONGs

Em meio às denúncias de irregularidades em convênios firmados entre organizações não-governamentais (ONGs) e o governo federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã o projeto de lei do senador Tasso Jereissati que determina a realização de licitação para contratação de ONGs pelo poder público. A

proposta equipara o processo de escolha dessas entidades ao já utilizado nas concorrências para contratação de empresas privadas. O relator, senador Jefferson Péres, recomenda a aprovação do projeto, que inclui novos dispositivos à Lei de Licitações. Aprovada na CCJ, a proposta pode seguir diretamente para votação na Câmara. **Página 5**

Garibaldi crê em rápida mudança no rito de MPs

Deputados que analisam proposta receberão contribuições dos senadores, permitindo apressar modificações, segundo afirma presidente do Senado

Genildo Magela



Garibaldi espera que proposta chegue ao Senado com texto definitivo

Garibaldi Alves disse ontem estar muito animado com a perspectiva de modificação nas regras para tramitação de medidas provisórias no Congresso, “pelo menos no que toca ao trancamento da pauta e à urgência e relevância”. O presidente do Senado afirmou que as mudanças deverão melhorar o relacionamento do governo com a oposição, que protesta contra o que considera abuso na edição de MPs pelo presidente da República. **Página 3**

Comissões discutem hoje as dívidas do setor rural

Audiência conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara debate hoje, às 14h30, o endividamento do setor rural. A dívida total da área é estimada em R\$ 87 bilhões, sendo 85% de responsabilidade de agricultores patronais e o restante da agricultura familiar. **Página 4**

Água: celebração e alerta contra escassez

O Senado comemora hoje, em Plenário, o Dia Mundial da Água e o lançamento da campanha “SOS H₂O”.

Após a comemoração, será realizada sessão deliberativa; a pauta está trancada por MPs. **Página 8**



Unicomp

Ministro de FHC depõe na CPI dos Cartões

A CPI dos Cartões inicia hoje, às 9h30, sua fase de depoimentos. O primeiro a ser ouvido será Paulo Paiva, ministro do Planejamento no governo FHC. **Página 5**

Azeredo aponta redução de verbas contra a violência

A verba aplicada pelo governo federal no combate à violência caiu de R\$ 1,2 bilhão em 2001 para R\$ 434,9 milhões em 2007, diz Eduardo Azeredo. **Página 7**



Ao rechaçar tratamento dado a brasileiros na Espanha, senador o compara à exclusão de pobres do acesso a serviços no próprio país

Discriminação também acontece no Brasil, diz Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem estar indignado pelo tratamento discriminatório dado aos brasileiros na Espanha. Mas, ao mesmo tempo, lamentou que, no Brasil, muitos cidadãos recebam tratamento semelhante ao tentar ter acesso a escolas e hospitais de qualidade, e até mesmo ao entrar em um *shopping center*.

– Para entrar na Espanha, um brasileiro precisa ter passaporte e uma carteira cheia de dinheiro, o mesmo que é exigido [no Brasil] em hospitais e escolas de qualidade, pois os públicos não oferecem a qualidade necessária. Nas universidades, ainda é pior, pois os alunos precisam pagar antecipadamente para passar pelas catracas – comentou.

Cristovam observou que os negros são cotidianamente impedidos de utilizar elevadores sociais e, se forem pobres, de entrar num *shopping*. Diante desse quadro, considerou ser necessário, por meio da escola, ultrapassar esse abismo e acabar com as fronteiras sociais internas.

– Trago a debate a maneira como nós, os que fazemos parte do sistema moderno brasileiro, nos comportamos contra os brasileiros que não são parte desse setor moderno – disse.



Cristovam observa que exigências a brasileiros no exterior também são feitas em hospitais e *shopping*

Paulo Paim (PT-RS) manifestou concordância com Cristovam Buarque e ressaltou que não é apenas na Espanha que os brasileiros estão sendo discriminados. O senador petista acusou outros países europeus de adotarem a mesma prática e advertiu que, “se a moda pega”, os brasileiros não poderão viajar mais para nenhum outro país.

Cristovam observou que está na hora de o Senado discutir como garantir o acesso àqueles brasileiros que não cumprem as exigências sociais e de renda feitas tanto no exterior quanto no Brasil, como os idosos sem acesso à aposentadoria ou os 16 milhões de analfabetos.

– Vamos olhar para os espanhóis com raiva, mas como se fosse um espelho da nossa elite, e vamos reconhecer que fazemos o mesmo que os espanhóis – frisou.

Gerardo Magalhães

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem em Plenário ao Dia Mundial da Água

A partir das 14h, o Senado comemora em Plenário o Dia Mundial da Água e lança a campanha “SOS H₂O”. Em seguida, começa a sessão deliberativa, que tem a pauta trancada por quatro projetos de lei de conversão e duas medidas provisórias. Na semana passada, a oposição anunciou que fará obstrução em Plenário a todas as votações de medidas provisórias, até que seja definido um novo rito para exame de MPs.



CPI dos Cartões Corporativos dá início a depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Cartões Corporativos realiza às 9h30 audiência com Paulo Paiva, ex-ministro do Planejamento, Orçamento

e Gestão; Marinus Marsico, procurador do Tribunal de Contas da União (TCU); e Jorge Pereira de Macedo, representante do Ministério Público junto ao TCU.

Limite global de endividamento de entes da União é tema de debate na CAE

O limite global de endividamento da União e dos estados deve ser debatido, às 10h, pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, com os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos. A

CAE tem ainda nove itens em sua pauta, como a proposta que altera a lei que criou o Fundo Garantia-Safra (Lei 10.420/02), para incluir consórcios e condomínios entre os contratantes do fundo.



CE discute Lei Geral do Teatro

O projeto da Lei Geral do Teatro é tema da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, prevista para as 10h. Entre os convidados, estão a atriz Regina Duarte, o presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Celso Frateschi, e o ex-ministro da Cultura Nascimento Silva.

Alterações ao Código de Defesa do Consumidor estão na pauta da CMA

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para analisar pauta de dez itens. Entre eles estão quatro projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor

(Lei 8.078/90). Outro projeto trata da retribuição a proprietários rurais por serviços ambientais de conservação de solo que resultem em maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.

CRA examina endividamento rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, debatem, às 14h30, propostas destinadas a solucionar o endividamento rural. Estão convidados para a reunião representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Mais prazo para plano diretor

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se, às 14h, para votar substitutivo ao projeto que prorroga o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais. A proposição altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo e Mão Santa



Senadora informa que programa vai chegar a 250 mil rondonienses

Fátima Cleide elogia Luz para Todos em RO

Fátima Cleide (PT-RO) elogiou ontem a execução do programa Luz para Todos em Rondônia durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Criada no governo passado com o nome Luz no Campo, a iniciativa evoluiu gradativamente, segundo a senadora, até se tornar “o maior projeto de universalização do mundo, antecipando metas projetadas inicialmente”.

– Depois que foi implantado no meu estado, o programa tinha uma previsão inicial de atender a 48,2 mil consumidores. Entretanto, até o final de sua execução, mais de 250 mil terão esse benefício, com mais de R\$ 350 milhões em investimentos – comemorou.

Êxodo

Segundo a senadora, ao fornecer energia para as populações mais distantes da riqueza do país, o programa produziu benefícios paralelos, como a inversão do êxodo rural, principalmente em consequência da melhoria dos investimentos na agricultura.

– Muitas famílias que moravam nos centros urbanos e possuíam imóveis rurais trocaram a cidade pelo campo – observou, lembrando que diversos municípios do estado ainda serão atendidos pelo programa.

Por outro lado – denunciou –, algumas empresas licitadas para realizar as obras de ligação das redes elétricas e de instalação de energia não teriam cumprido as exigências contratuais, frustrando cerca de cinco mil consumidores.

– Para esses casos, a Ceron [Centrais Elétricas do Rondônia] está aplicando todas as penalidades contratuais previstas para assegurar que o programa não sofra paralisação – adiantou.

PEC em análise na Câmara receberá contribuição de senadores ainda naquela Casa para que chegue ao Senado com um texto definitivo, agilizando implementação de alterações

Garibaldi se diz confiante quanto à rápida modificação do rito das MPs

A modificação no rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso deve ser rápida, acredita o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. Ele informou que a comissão especial da Câmara que analisa proposta para agilizar essa tramitação (PEC 72/05) reúne-se hoje.

Os deputados que examinam a PEC receberão contribuições dos senadores, propiciando assim que a proposta chegue ao Senado com um texto definitivo. Isso agilizará a implementação das mudanças.

– Estou muito animado, muito confiante de que vamos ter a modificação das MPs, pelo menos no que toca ao trancamento da pauta e à urgência e relevância.

Garibaldi comentou declaração do ministro das Relações Institucionais, José Múcio, o qual disse



Garibaldi: mudanças melhorarão relacionamento entre oposição e governo

ontem que o governo está disposto a reduzir o número de medidas provisórias editadas pelo presidente da República para facilitar as discussões sobre mudanças na tramitação das MPs. Múcio afirmou que o governo concorda com modificações na tramitação das medidas, desde que ela continue ocorrendo de forma diferenciada no Congresso.

– Esse gesto já deveria ter sido adotado há muito tempo. Teria evitado muitos aborrecimentos e

atropelos – afirmou.

Garibaldi disse que “não se trata de acabar com as medidas provisórias, porque todo governo precisa tê-las”. Mas observou que as mudanças deverão melhorar o relacionamento do governo com a oposição, que protesta frequentemente contra o envio das MPs pelo Executivo, o que considera abusivo. Na última semana, durante a votação da medida provisória que criou a TV pública, governo e oposição travaram uma verdadeira batalha no Plenário do Senado. Para facilitar a aprovação da matéria, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), deu parecer contrário aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência de uma outra MP. A oposição classificou a manobra como “golpista”.

Vetos serão examinados após Semana Santa

A sessão do Congresso destinada à análise dos vetos presidenciais será marcada para logo depois da Semana Santa, informou Garibaldi Alves. Na última semana, uma sessão destinada a esse fim foi adiada para facilitar a votação do Orçamento da União para 2008.

Há 996 vetos a 159 matérias pendentes de deliberação. Por acordo de líderes, os parlamentares examinarão, num primeiro momento, uma lista de 74 itens vetados em 19 projetos sobre os quais há consenso. Entre eles, consta o veto integral

ao projeto de lei do Senado (PLS 307/95) que transfere do Ministério do Trabalho e Emprego para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro de jornalista, indispensável ao exercício da profissão.

Garibaldi anunciou que o Senado decidiu suspender os trabalhos a partir desta quinta-feira.

– Quinta-feira já é a Semana Santa. Então, os mais devotos vão rezar, e os que querem descansar vão descansar – disse.

O presidente do Senado co-

mentou que, apesar de não serem realizadas votações em Plenário nos dois dias que antecedem o feriado, as comissões darão sua contribuição.

Como exemplo, citou a sabatina do ministro Gilmar Mendes, indicado para a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Gilmar Mendes foi escolhido o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição à ministra Ellen Gracie.

Prodasen participa de acordo para integração de informações

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) participa de acordo para facilitar a cooperação técnica entre o Executivo federal, o Judiciário e o Legislativo. As entidades que assinam o termo formam a Comunidade de Gestores de Tecnologia da Informação (TI). O objetivo do convênio é construir canais de comunicação entre os órgãos para facilitar o tráfego de informações na área de Tecnologia da Informação e melhorar o contro-

le da administração pública.

Romeu Tuma (PTB-SP) representou ontem o presidente do Senado na solenidade de assinatura do acordo. Também participaram a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); o ministro da Justiça; o procurador-geral da República; o ministro-chefe da Controladoria Geral da União; os presidentes do Banco Central, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Superior Tribunal Militar (STM), do Tribunal



Romeu Tuma representou o Senado em cerimônia de assinatura do convênio

Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal de Contas da União (TCU); e um representante da Advocacia Geral da União (AGU).



Segundo Crivella, R\$ 4,2 bilhões serão gastos por estatais em infra-estrutura

Crivella destaca investimentos para o Rio no Orçamento

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou investimentos das estatais no estado do Rio de Janeiro constantes do Orçamento da União aprovado, semana passada, pelo Congresso. Ele comemorou os R\$ 4,2 bilhões a serem investidos pelas estatais, sem contar os repasses para saúde, educação e dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM) a que o estado tem direito.

O programa Luz para Todos, por exemplo, vai aplicar quase R\$ 900 mil, enquanto a distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e biocombustível receberá dotação de R\$ 19 milhões. No refino de petróleo, as estatais brasileiras, sobretudo a Petrobras, vão aplicar R\$ 1,4 bilhão numa “refinaria extraordinária”, no município de Itaboraí, vizinho ao de São Gonçalo, cuja população é de mais de um milhão de pessoas.

Em transporte de petróleo e derivados, gás natural e biocombustíveis serão investidos R\$ 620 milhões. Na área de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária, nos portos e aeroportos, serão investidos R\$ 91 milhões.

A Casa da Moeda aplicará R\$ 52 milhões, continuou Crivella, que disse acreditar que parte desses recursos será utilizada na confecção do novo passaporte brasileiro, “muito mais difícil de ser falsificado”.

Na área de ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais, serão investidos R\$ 26 milhões. Já os investimentos das estatais em infra-estrutura de apoio alcançarão R\$ 318 milhões. E o programa Brasil com Todo Gás, que visa a criar no país as condições para um melhor aproveitamento desse recurso, absorverá R\$ 323,8 milhões.

– O Brasil vive um momento que precisa ser celebrado. Venho aqui para festejar um governo que deu certo, um governo que tem levado o Brasil a dias melhores, em relação aos últimos anos, sobretudo na parte de distribuição de renda e de economia – afirmou Crivella.

Discussão sobre endividamento do campo, estimado em R\$ 87 bilhões, deverá contar com a participação de representantes da CNA e da Contag

Comissões do Senado e da Câmara debatem a dívida do setor rural

O endividamento do setor rural será debatido hoje, a partir das 14h30, em audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. A dívida total do setor é estimada em R\$ 87 bilhões, sendo que 85% desse valor é de responsabilidade de agricultores patronais e o restante da agricultura familiar. A audiência, que contará com a participação de representantes das Confederações Nacionais de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ocorrerá no Plenário 6 do Anexo 2 da Câmara.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para discutir o limite global de endividamento da União e dos estados. O debate vai subsidiar a votação de emenda que limita o teto para endividamento da União em duas vezes o valor da receita corrente líquida. O projeto que dispõe sobre o assunto (PRS 84/07) prevê em 3,5 vezes o limite máximo de endividamento. Ainda hoje, a



Audiência será em reunião conjunta das comissões de Agricultura das duas Casas

CAE realiza reunião para examinar agenda de nove proposições, entre as quais a que autoriza o empregado a faltar ao trabalho um dia por ano para tratar de assunto de seu interesse, sem prejuízo no salário. Na última reunião do colegiado, houve pedido de vista coletiva da matéria (PLS 23/03).

Proteção ambiental

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, projeto que altera normas para registro de aquisição de veículos (PLS 436/07) e proposta que concede benefícios a produtores rurais que adotarem medida de proteção ambiental (PLS 142/07), e mais outras oito proposições.

Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que se reúne às 14h30, está substitutivo da Câmara ao PLS 93/06, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que prorroga os prazos para elaboração de plano diretor municipal, fixados pelo Estatuto das Cidades.

O destaque da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h, composta por dez itens, é o substitutivo ao PLC 52/03, que torna obrigatórios exames de prevenção de doenças visuais e auditivas em crianças em idade escolar – o projeto tramita em conjunto com outras cinco proposições: PLC 99/03 e PLSs 237/03, 504/03, 80/04 e 240/07.

Jayme Campos critica ações da operação contra desmatamento

Jayme Campos (DEM-MT) acusou ontem, da tribuna, o governo federal de “falta de compromisso” com os proprietários de terras de três estados da Amazônia Legal – Mato Grosso, Pará e Rondônia – atingidos pelo decreto do Ministério do Meio Ambiente, que trata de ações relativas ao controle do desmatamento na área. O desmatamento nesses estados bateu recordes nos últimos meses de 2007.

O senador criticou a operação Arca de Fogo, da Polícia Federal, em que foram invadidos, segundo disse, estabelecimentos madeireiros “de pessoas sérias, que geram emprego”, impedindo a produção. Ele apresentou requerimento para a formação de uma comissão de senadores que deverá visitar os três estados a fim de averiguar a

implantação das medidas previstas no decreto.

Jayme Campos criticou, por exemplo, a obrigação de o recadastramento dos proprietários, definido pelo decreto, ser feito por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Conforme o parlamentar, o órgão não conta com a estrutura adequada para prestar esse atendimento no prazo exigido, que considerou exíguo. O decreto 6.321/07 diminuiu também – de 50% para 20% – a extensão da floresta que poderia ser derrubada nas propriedades.

– Nós precisamos salvaguardar o nosso bioma, contudo, sem condenar essas regiões ao isolamento político, à declaração moral e à asfixia econômica – disse.

Jayme Campos lamentou ainda



Jayme Campos propõe comissão para averiguar medidas previstas em decreto

o fato de a medida proibir os cidadãos que não estiverem recadastrados de fazerem operações bancárias ou até mesmo vender a sua propriedade. A produção dessa propriedade, explicou o senador, não poderá ser vendida e aqueles que, de forma clandestina, a comprarem serão também enquadrados no Código Penal, “como se fossem bandidos ou como se fossem assaltantes ou ladrões”, criticou.

Pedro Simon destaca contribuição dos gaúchos para o agronegócio

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez da tribuna uma análise histórica da contribuição dos migrantes gaúchos – em sua movimentação pelas novas fronteiras agrícolas do país – para a conquista de elevados superávits na balança comercial de produtos agrícolas.

Simon chamou a atenção para o forte aumento da produção de grãos, como milho, soja e trigo, nos diversos estados em que os gaúchos se instalaram, desde o início do século passado, começando com a fundação de cidades no oeste catarinense, passando, na década de 40, pela colonização do oeste do Paraná, até a ocupação, a partir dos anos 70, de Mato Grosso do Sul e parte das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Referindo-se ao estabelecimento dos agricultores gaúchos na área de Barreiras (BA), o parla-



Simon lembra a presença de migrantes do seu estado nas novas fronteiras agrícolas

mentar destacou “o extraordinário surto de desenvolvimento registrado nas duas últimas décadas na região”, que responde por 60% da produção de grãos do estado e tem uma das maiores rendas *per capita* do interior do Nordeste. Em apartes, os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram o pronunciamento.

CCT decide hoje sobre audiência com representantes da Finatec

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa hoje, às 8h45, requerimento do senador Romeu Tuma (PTB-SP) convidando representantes da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), da Universidade de Brasília (UnB), para prestar esclarecimentos sobre uso irregular de recursos destinados à pesquisa.

O Ministério Público do Distrito Federal denunciou a Finatec por atuação irregular, que envolveram gastos de R\$ 470 mil para mobiliar o apartamento funcional ocupado pelo reitor da UnB, Timothy Mulholland. Tuma pretende que sejam ouvidos o ex-presidente do Conselho Superior da Finatec Antônio Manoel Dias Henriques e o ex-presidente do Conselho Fiscal da Fundação Nelson Martins.

A CCT deve examinar também o projeto que trata do compar-

tilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito. A proposta (PLS 677/07), do senador Adelmir Santana (DEM-DF), tem parecer favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e depende de decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo projeto, os comerciantes poderão, em um só terminal, operar com cartões de bandeiras diferentes (Visa, Mastercard e American Express), como ocorre nos Estados Unidos. Atualmente, o comerciante precisa ter um terminal para cada bandeira, situação que dificulta o uso de outras e faz com que pequenos estabelecimentos sejam obrigados a optar por apenas uma ou duas bandeiras.

Estão ainda na pauta da CCT 17 projetos de decreto legislativo que autorizam e renovam a concessão de funcionamento de rádios.



Comissão de Ciência e Tecnologia também examinará nova regra para cartões de crédito

Primeiro a depor na CPI dos Cartões Corporativos é ex-ministro de FHC

A CPI dos Cartões Corporativos inicia hoje, às 9h30, sua fase de depoimentos. O primeiro a ser ouvido será Paulo Paiva, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele era o titular da pasta em 1998, quando o sistema de pagamento com cartão de crédito foi implantado.

Entre os requerimentos já aprovados estão os das audiências que acontecem após o depoimento de Paulo Paiva: com o procurador do Tribunal de Contas da União (TCU) Marinus Eduardo Marsico e com o representante do Ministério Público junto ao TCU Jorge Pereira de Macedo.

As audiências continuam amanhã às 9h30, quando a CPI ouve o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

De acordo com a proposta de trabalho definida pela comissão, os depoimentos se referem à primeira etapa das investigações, que deve durar 20 dias e prevê “análise e obtenção de informações” sobre gastos realizados com cartões corporativos ou contas tipo B.

Dessa forma, a CPI procura demonstrar o que diz a presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS):

– Vamos investigar o que for necessário. A sociedade pode confiar no nosso trabalho.

A CPI também já decidiu tomar depoimentos do presidente do TCU, Walton Rodrigues; da ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro; do ministro do Esporte, Orlando Silva; e do ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin.

Mão Santa faz elogio a atitude de ex-presidente da Comissão de Ética

Mão Santa (PMDB-PI) elogiou, em Plenário, entrevista concedida à revista *Veja* por Marcílio Marques Moreira, até o mês passado presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Como foi divulgado pela imprensa, ele pediu afastamento do cargo por estar insatisfeito com a demora do presidente Lula em se posicionar sobre a recomendação do colegiado pela demissão do ministro Carlos Lupi, em razão de sua insistência em ocupar, simultaneamente, o comando do Ministério do Trabalho e a presidência do PDT – acumulação que, no entender de Marcílio, geraria conflito de interesses.



Mão Santa: Marcílio havia solicitado a demissão do ministro do Trabalho

– Marcílio Marques Moreira trabalhou em vários governos. Era o homem da ética e, atentai para a gravidade, jogou a toalha por causa da imoralidade que está ocorrendo neste governo – avaliou o senador.

Cristovam propõe isenção de IPI na aquisição de veículo escolar

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou projeto para conceder isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos de transporte coletivo de estudantes, quando realizada por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados ao transporte escolar.

Pelo projeto (PLS 20/08), a isenção acaba se o veículo for usado em atividade diversa do transporte escolar ou vendido para outra destinação.

Cristovam argumenta que a política educacional tem evoluído para englobar merenda escolar, fornecimento de livro didático, inclusão digital e capacitação de docentes. A facilidade de acesso à escola, disse, também deve ser contemplada, pois há dificuldades para transportar crianças até as escolas nas zonas rurais e nas grandes cidades, onde a violência urbana e o alto custo do transporte afetam a população de baixa renda.

O projeto está em tramitação na CE onde o relator é Gerson Camata (PMDB-ES).

Proposta altera Lei de Licitações para que processos de escolha de ONGs obedçam às mesmas regras usadas na contratação de empresas privadas pelo poder público

Projeto exige licitação para convênio entre governo e ONG

Com o objetivo de tornar obrigatória a licitação nos convênios entre o governo e as entidades sem fins lucrativos – que incluem as organizações não-governamentais (ONGs) –, o projeto (PLS) 624/07, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã a partir das 10h.

No texto da proposição, Jereissati afirma que, “lamentavelmente, é isto o que tem se observado no governo nos últimos anos: a escolha de convenientes por critérios não-republicanos, de modo a favorecer instituições ligadas por laços ideológicos ou mesmo pessoais às autoridades do Executivo, mesmo quando outras entidades do terceiro setor dispostas a realizar parcerias com o Estado apresentam maior reputação, capacidade e eficiência para executar os convênios”.

Voto favorável

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), que observa um “cenário da diminuição da prestação direta de serviços pelo Estado, em favor do crescimento das chamadas organizações não-governamentais, que temos observado como ten-

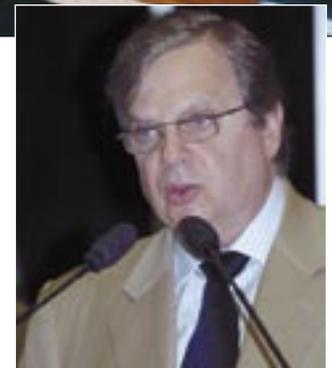


Na reunião, CCJ analisa proposta de Jereissati (foto menor) sobre contrato com ONGs

dência e que se tem acentuado nos últimos dez anos”.

Para transformar a idéia em lei, a proposta acrescenta dois parágrafos à Lei 8.666/03, a Lei de Licitações, para aplicar a regra que já vale nos processos de seleção que envolvem governo e empresas privadas. A matéria receberá decisão terminativa na CCJ.

Na reunião, a CCJ deve examinar ainda o projeto (PLS 255/06) que altera lei que dispõe sobre horário reservado à propaganda eleitoral em emissoras de rádio e televisão (Lei 9.504/97). Pela proposta, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), deverão ser di-



José Cruz

José Cruz

vulgados, no horário gratuito, os nomes dos candidatos que respondem a processos criminais. Jefferson Péres apresentou voto favorável. A pauta da CCJ tem outros 19 itens, como o substitutivo a sete propostas de emenda à Constituição que tratam da suplência de senador.

Exibição musical e teatral sem fim lucrativo pode ter menos restrições

Tramita na CCJ proposta que permite a apresentação de obras teatrais e composições musicais sem que seja necessária a autorização do autor – ou do titular do direito patrimonial –, desde que a apresentação pública não vise ao lucro. O projeto (PLS 627/07) foi apresentado no ano passado pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

O relator da matéria na CCJ, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), apresentou voto favorável ao texto. Ele argumenta que “a restrição que [o projeto] impõe ao direito de propriedade do autor ou titular de obra autoral guarda proporcionalidade com o objetivo de assegurar a todos o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”.

A proposta de Raimundo Colombo altera o artigo 68 da lei

que consolida a legislação sobre direitos autorais (Lei 9.610/98). Com a nova redação, esse dispositivo determinaria que, “sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas que visem ao lucro, direto e indireto”.

Da forma como está atualmente, o artigo 68 não contém o trecho final (“que visem ao lucro, direto e indireto”), o que obriga qualquer execução pública, inclusive as que não visam ao lucro, a obter a autorização do autor ou titular para ser realizada.

Além de tramitar na CCJ, o projeto também terá de ser analisado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votado em decisão terminativa.

Lei Geral do Teatro tem audiência pública na CE

A proposta de uma lei geral para o teatro, elaborada por artistas e produtores, será debatida hoje pela Comissão de Educação e pela Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, às 10h. Pelo projeto, os contribuintes poderão deduzir do Imposto de Renda investimentos em peças teatrais.

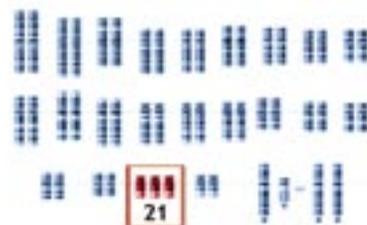
Participam da audiência a atriz Regina Duarte; os presidentes da Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, Eduardo Barata; e da Fundação Nacional de Artes, Celso Frateschi; a produtora Fernanda Signorini; a representante do Conselho de Cultura gaúcho Marley Danckwart; e o ex-ministro da Cultura Luiz Nascimento Silva.

A Apae de São Paulo, por meio de estimulação aos portadores ainda bebês, consegue incluir quase 70% dessas crianças no ensino regular, diz senador

Síndrome de Down

É a alteração genética mais freqüente, que ocorre em 1 a cada 800 nascimentos.

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, há 300 mil pessoas com síndrome de Down no Brasil.



Entre os recém-nascidos de mães de até 27 anos, a proporção é de 1/1.200. Com mães de 30-35 anos é de 1/365. Depois dos 35 anos a freqüência aumenta mais rapidamente: entre 39-40 anos é de 1/100.



Indivíduos com síndrome de Down possuem 47 cromossomos em cada célula, em vez de 46. Esse cromossomo extra localiza-se no par 21

Fonte: Portal Síndrome de Down (<http://www.portalsindromededown.com>).

Paim destaca ações em favor dos portadores da síndrome de Down

O senador Paulo Paim (PT-RS) assinalou a proximidade do Dia Internacional da Síndrome de Down, 21 de março – data que alude aos três cromossomos presentes no par de número 21 nas pessoas portadoras da síndrome. Ele ressaltou a importância do respeito às diferenças. “Somos todos, e de forma incrível, seres especiais”, disse.

Paim homenageou os familiares dos portadores da síndrome e os que “dedicam sua vida a essa bela caminhada”. Também destacou o trabalho da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de São Paulo, que, por meio da estimulação aos portadores de Down ainda bebês, consegue incluir quase 70% dessas crianças, posteriormente, no ensino regular.

O parlamentar ainda salientou



Foto: Genaldino Miguêlo

Paim lembra comemoração, em 21 de março, do dia internacional

a atuação do Centro Socioeducacional Zequinha da Apae, que oferece um programa de atividades físicas voltado para o fortalecimento da musculatura e o aumento da densidade óssea dos portadores de Down, o que ajudaria a evitar casos de hipertensão, doença comum entre eles.

Eleição

Paulo Paim também comentou prévia realizada pelo PT de Porto Alegre entre a deputada Maria do Rosário e o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto, para indicar o candidato à prefeitura da capital. A deputada foi a escolhida para concorrer ao cargo pela legenda e já teve o apoio reafirmado pelo senador à sua candidatura.

Um voto de aplauso à ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, também foi apresentado pelo parlamentar. Ellen Gracie foi a primeira mulher a assumir a presidência do STF e é intenção de Paulo Paim propor uma sessão em homenagem à magistrada, a exemplo da que homenageou o presidente anterior do tribunal, o atual ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Roseana defende investimentos de grande porte no Maranhão

Apesar dos altos investimentos feitos nas últimas décadas para melhorar a infra-estrutura do Maranhão, especialmente em portos, rodovias e ferrovias, o estado tem se transformado na “terra das oportunidades perdidas”, afirmou Roseana Sarney (PMDB-MA).

A senadora citou três grandes projetos que chegaram a ser negociados com as autoridades maranhenses mas, “por indefinição e descaso”, acabaram sendo levados para outros estados. O primeiro foi a nova refinaria da Petrobras, direcionada para Pernambuco.

Depois, a chinesa Boasteel negociou uma siderúrgica, que acabou sendo construída em Vitória, no Espírito Santo. No atual governo, o grupo Gerdau, depois de ter comprado o projeto da Margusa, no município de Bacabeira (MA), que produz ferro-gusa, deixou o estado.

– O grupo Gerdau pretendia plantar eucalipto no baixo Parnaíba e, futuramente, construir uma aciaria – afirmou.

Roseana disse estar disposta a quebrar essa “seqüência angustiante de oportunidades perdidas”



Para Roseana, estado está se tornando a “terra das oportunidades perdidas”

e informou ter tratado do assunto com o presidente Lula e com a empresa Vale. A senadora conclamou por uma união de forças políticas para que o estado consiga obter investimentos que o tirem das atuais dificuldades.

Maciel propõe voto de louvor ao colunista político Villas-Boas Corrêa

O jornalista Villas-Boas Corrêa, que completou 60 anos como colunista político, foi homenageado por Marco Maciel (DEM-PE). Nas palavras do senador, Villas-Boas Corrêa, tendo passado por vários jornais, revistas e emissoras de televisão, transformou-se, por sua imparcialidade, em “sinônimo de credibilidade”.

– O jornalista afirma que nunca assinou um manifesto, nunca declarou apoio a alguém e nunca declarou o voto, nem em casa. A militância é o pecado mortal do analista político. Engajamento e análise são incompatíveis – comentou Maciel, que requereu voto de louvor ao jornalista.

No mesmo pronunciamento, o senador registrou a morte da fundadora do Movimento dos Focolares, Chiara Lubich, aos 88 anos, na última sexta-feira, na Itália. Aprovado pela Igreja Católica, o movimento foi criado na década de 1940 e é aberto a cristãos de várias denominações e a pessoas que não professam fé religiosa. Um dos objetivos dos Focolares, na expressão do parlamentar, “é contribuir para que a Humanidade torne-se uma grande família”.



Maciel lamenta a morte da fundadora do Movimento dos Focolares, Chiara Lubich

Marco Maciel apresentou requerimento de pesar pelo falecimento de Chiara, e disse que ela foi convidada a falar na Tailândia a monges, monjas e leigos budistas, “iniciando um profundo diálogo entre o cristianismo e o budismo”. Registrou que o Movimento dos Focolares chegou ao Brasil em 1958, dando destaque a um projeto classificado por sua fundadora como “cultura da partilha”. Tal iniciativa, que no Brasil obteve a adesão de centenas de empresas, mostra “que é possível uma alternativa entre capitalismo de mercado e socialismo estatal”, disse o senador.

Suplicy apresenta voto de pesar pela morte de Valentim Diniz

Último senador a discursar ontem em Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento do empresário Valentim dos Santos Diniz, fundador do grupo Pão de Açúcar. O pedido inclui o envio de condolências à família. O empresário português, informou o senador, faleceu domingo no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, aos 94 anos, de falência múltipla dos órgãos.

Suplicy relatou que “seu” Santos, como era chamado pelos funcionários, nasceu em agosto de 1913 na aldeia de Beira Alta, em Portugal, e migrou para o Brasil em 1929. Em 1948, Valentim Diniz abriu a Doceria Pão de Açúcar, em São Paulo, juntamente com a mulher, dona Floripes, após ganharem um prêmio em jogo lotérico.

O senador recordou que o empresário presidiu o grupo Pão de Açúcar (segundo maior conglomerado varejista do Brasil) até 2005, quando a tarefa foi transferida ao filho Abílio Diniz. Suplicy também comentou a trajetória de Valentim Diniz no Brasil, destacou os avanços da cadeia varejista des-



O fundador do grupo Pão de Açúcar faleceu domingo em São Paulo, informou Suplicy

de 1948 e ressaltou a importância de seu legado para o país.

– A história do grupo Pão de Açúcar é um espelho da trajetória do varejo e dos anseios de modernização da sociedade brasileira. “Seu” Santos soube acompanhar as mudanças na economia e os hábitos de consumo dos brasileiros ao longo de sua trajetória. Em muitos momentos, o grupo foi pioneiro na implementação de novas tecnologias, como o lançamento de uma das primeiras “ponto com” do país, dos supermercados ou lojas de auto-serviço e, posteriormente, dos hipermercados – relatou Suplicy.

Papaléo quer estender gratificação a PMs e bombeiros de ex-territórios

Ao comentar a medida provisória (MP 401/07) que determina gratificação mensal para bombeiros e policiais militares do Distrito Federal, tanto da ativa como inativos, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) reivindicou o mesmo tratamento aos profissionais dos ex-territórios (Amapá, Rondônia e Roraima). O benefício, disse, precisa ser estendido também aos aposentados e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro).

Papaléo afirmou que a Lei 10.486/02 estabeleceu a isonomia entre a remuneração dos PMs e bombeiros do Distrito Federal e a recebida pela categoria nos ex-territórios, tanto ativos quanto inativos, e por aposentados e pensionistas do antigo DF. Conforme o senador, o governo federal usou “uma artimanha” ao editar a MP



Papaléo: governo burlou a lei para impedir aumento a profissionais militares fora do DF

401/07, pois promoveu aumento de uma gratificação, e não do salário-base, dos militares do DF.

– O governo está burlando a lei ao não aumentar o salário-base dos servidores do Distrito Federal, dando outros tipos de gratificações para não reajustar os servidores dos ex-territórios e do ex-Distrito Federal – reclamou.

Senador mostra menos gastos com pessoal

Papaléo Paes mostrou em Plenário dados da edição de janeiro do Boletim Estatístico de Pessoal, do Ministério do Planejamento, segundo o qual o Senado reduziu em 2% os gastos com pessoal entre 2006 e 2007. O mesmo estudo aponta que as despesas da União com pessoal aumentaram 10,7% no período.

O boletim coloca o Senado como o único órgão a apresentar redução de gastos na folha de pagamento. Evidencia também a queda de 0,4 ponto percentual na participação do Legislativo nas despesas anuais da União entre 2006 e 2007.

– A pesquisa mostra ainda que a Casa reduziu em 7,1% seu quadro de funcionários – disse.

Valter propõe fim da progressão de pena para os crimes hediondos

Com o objetivo de contribuir para a redução da violência no país, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 5/08) que proíbe a chamada progressão de pena para os crimes hediondos, como a prática da tortura, o tráfico de drogas e o terrorismo.

Progressão de pena é o direito que todo preso tem de cumprir a sua condenação em três tipos de regime, conforme o fixado pela Reforma Penal de 1984: a pena é iniciada no regime fechado, progredindo, então, para o semi-aberto e, depois, para o aberto.

“A progressão de pena torna muitíssimo brando o tratamento dispensado aos perversos delinquentes que cometem crimes com requintes de crueldade. Beneficiados por esse odioso privilégio,



Proposta de Valter Pereira será primeiro examinada pela Comissão de Justiça

voltam às ruas muito antes de cumprir as penas e passam, novamente, a cometer delitos graves, que aterrorizam as pessoas do bem”, alerta Valter Pereira em defesa de sua proposta.

A PEC, que altera o inciso XLIII do artigo 5º da Constituição, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conforme senador, recursos para combate à violência caíram nos últimos anos, especialmente pelo fato de o governo não ter aplicado o que prevê o Orçamento

Azeredo alerta para queda de investimentos em segurança

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comentou ontem a queda, nos últimos anos, na aplicação de recursos previstos pelo Orçamento da União para o combate à violência. De posse de dados divulgados pelo jornal *Estado de Minas* apontando que o investimento federal no setor “despencou” nos últimos seis anos, Azeredo lembrou que, durante o governo do presidente Lula, o Senado votou vários pacotes de medidas para reduzir a violência e modernizar o processo penal brasileiro e o sistema penitenciário.

– A verba aplicada pelo governo em 2007 foi de apenas R\$ 434,9 milhões, contra R\$ 1,2 bilhão em 2001. Essa redução, que foi acontecendo paulatinamente todo esse tempo, chega a mais de 60% no total do período



Setor recebeu R\$ 1,2 bilhão em 2001 e R\$ 434,9 milhões em 2007, afirma Azeredo

– protestou Azeredo, que acusou o Executivo de omissão quanto ao que foi votado no Senado sobre o assunto.

O senador citou ainda números relativos à execução orçamentária para o Fundo Penitenciário (Funpen) – R\$ 426 milhões em

2001, “contra míseros” R\$ 25,6 milhões em 2007. Segundo Eduardo Azeredo, também foi prejudicado o Fundo de Segurança Pública (Fusp), que recebeu em 2001 R\$ 566 milhões e R\$ 178 milhões em 2005.

Azeredo lamentou o fato de estados populosos como Minas Gerais e São Paulo terem recebido, respectivamente, R\$ 8 milhões e R\$ 26 milhões para a área de segurança pública em 2007, menos que estados como Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás.

– A segurança pública talvez seja o setor mais nevrálgico do nosso país. Os problemas gerados por falta de segurança afastam investimentos e, sobretudo, assustam e assombram os brasileiros. Não podemos ficar de braços cruzados – alertou.

Osmar Dias cobra medidas contra a violência na Grande Curitiba

O senador Osmar Dias (PDT-PR) reivindicou ontem em Plenário providências para reverter o quadro de violência que estaria avançando de forma preocupante na região metropolitana de Curitiba. Segundo ele, o registro de 530 assassinatos, em 2002, teria evoluído para 874 ocorrências em 2006. A taxa de homicídios é de 49 mortes por grupo de 100 mil habitantes, bem acima dos 38 assassinatos para 100 mil habitantes apurados no Rio de Janeiro, capital que também vive um drama na área de segurança pública.

– Os números são alarmantes e revelam que há uma precariedade no sistema de segurança da capital e região metropolitana. Curitiba, outrora, era considerada uma capital pacífica, tranqüila, sem problemas de criminalidade e de segurança.

Os registros de homicídios divulgados pelo senador foram extraídos de reportagem publicada ontem no jornal *Gazeta do Povo*.

De acordo com o parlamentar, os dados sobre violência levantados pela Secretaria de Segurança do Paraná não conferem com as estatísticas divulgadas pela imprensa, baseadas em informações do Mapa da Violência, elaborado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

Fronteira

Osmar Dias disse que especialistas atribuem o aumento da violência à facilidade com que drogas e armas entram no Paraná através de suas fronteiras externas – o estado faz divisa com o Paraguai e a Argentina. Mudanças nessa realidade dependem, na sua visão, de esforços conjuntos entre os governos municipal, estadual e federal. O senador recomendou a mobilização de um maior número de homens do Exército e da Polícia Federal para atuar no controle das fronteiras. Também defendeu a ampliação dos postos policiais nos bairros e dos grupos de policiamento móvel.



Houve 874 assassinatos na área metropolitana em 2006, diz Osmar

– Se o crime avançou demais foi porque não se tomaram as providências preventivas. Isso revela a falência das políticas públicas adotadas até agora – observou.

O representante do Paraná aproveitou para elogiar o prefeito de Curitiba, Beto Richa, pela criação de uma secretaria antidrogas. Em seguida, voltou a cobrar uma articulação mais próxima entre os diferentes níveis de governo e sugeriu mais esforços na área educacional, com a ampliação das escolas em turno integral e do ensino profissionalizante para os jovens.

A água vale ouro

Diminua o tempo do banho

Elimine os vazamentos

Não deixe a torneira pingando

Instale torneiras com sensores automáticos

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.



Raupp: operação não pode prejudicar quem investiu no desenvolvimento

Raupp reivindica atuação criteriosa do Ibama em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que a operação Arco de Fogo, que objetiva conter o avanço do desmatamento na Amazônia, não pode prejudicar os madeireiros de Rondônia que atuam na legalidade. Promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a operação também vem sendo executada no Pará e em Mato Grosso.

– Somos favoráveis à fiscalização, mas com critério, com cautela. Sabemos que 30% das madeiras de Rondônia estão ilegais. Isso o Ibama tem que fechar, e já vinha fechando. Os outros 70% têm que trabalhar. Há 260 planos de manejo. Agora, o Ibama chega com a operação, castigando não só os ilegais, mas até os que estão legais. Falam em extinguir os planos de manejo e deixar as madeiras sem matéria-prima – criticou.

Proposta

Raupp disse que a operação Arco de Fogo não pode prejudicar aqueles que nos últimos anos foram estimulados pelo governo a ocupar a Amazônia e investiram no desenvolvimento da região. O senador também voltou a sugerir a criação do Ministério da Amazônia – “para cuidar especificamente da região e dessas ações” – e do programa Desmatamento Zero. O programa teria a intenção de proibir, a partir de implantado, novas derrubadas de vegetação, concedendo anistia aos que, nos últimos 40 anos, desmataram suas propriedades para a promoção de benfeitorias.

Em aparte, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que Rondônia tem todos os instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável com responsabilidade ambiental e social. Para isso, segundo Fátima Cleide, o governo local precisaria assumir um papel de liderança e atuar como coordenador de planejamento do estado.

Pauta do Plenário está trancada por quatro projetos de conversão e duas medidas provisórias. Oposição anuncia obstrução de MPs até que se mudem regras de tramitação

Senado comemora hoje o Dia da Água alertando para escassez

O Senado comemora hoje, às 14h, em Plenário, o Dia Mundial da Água e o lançamento da campanha “SOS H₂O”. O requerimento para a realização do evento, que ocorrerá na hora do expediente – antes das votações –, é de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR).

O Dia Mundial da Água (DMA) foi criado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Resolução A/RES/47/193, de 22 de fevereiro de 1993, que declara todo dia 22 de março de cada ano como sendo essa data. A instituição do DMA seguiu as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 –, realizada no Rio de Janeiro.

A campanha “SOS H₂O” é um recurso para enfrentar a escassez de água, de iniciativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), prevista para durar dois anos. Essa campanha começou em 2007 e reúne representantes dos setores público e privado, além de entidades civis.

A cada ano, uma agência diferente das Nações Unidas produz um documento para a imprensa sobre o DMA, que é distribuído nas redes de agências contatadas. Esse documento tem como objetivos abordar assuntos relacionados a problemas de abastecimento de água potável e aumentar a consciência pública sobre a importância da conservação, preservação e proteção da água e de fontes e suprimentos de água potável. A

campanha visa ainda aumentar a consciência dos governos, de agências internacionais, organizações não-governamentais e setor privado a respeito desse tema.

Pauta

Após a comemoração, será realizada sessão deliberativa do Senado, que tem a pauta trancada por quatro projetos de lei de conversão e duas medidas provisórias. O primeiro projeto (PLV 03/08), proveniente da MP 399/07, abre crédito no valor de R\$ 359,5 milhões em favor da Presidência da República e dos ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional. A oposição anunciou que fará obstrução em Plenário a todas as votações de medidas provisórias, até que seja definido novo rito para exame de MPs.



Mário Couto cobra votação no Senado de projetos que beneficiam aposentados

Couto diz que ações do governo afetam economia do Pará

Mário Couto (PSDB-PA) apelou ontem ao presidente Lula no sentido de que os setores mais importantes da economia paraense não sejam prejudicados por ações ambientais ou tributárias que ele considera equivocadas. De acordo com o parlamentar, os setores madeireiro, agropecuário e de mineração começam a demitir trabalhadores, o que estaria cooperando para o aumento a violência no estado.

Com relação à exploração de madeiras, o senador disse acreditar que as recentes operações de repressão ao corte ilegal de árvores foram equivocadas, ao não distinguir os bons dos maus madeireiros. Além disso, teriam sido feitas no momento em que a derrubada cessou em função das chuvas.

– Que estrutura tem o Ibama? Nenhuma! Eles vão prender agora o que já foi derrubado. O que foi derrubado já era.

No que se refere à exploração mineral, Mário Couto reclamou da mistura de bons e maus “guseiros”. Ele se referiu à decisão da Vale de suspender o fornecimento de minério de ferro aos produtores de gusa de Carajás, que usariam carvão obtido com desmatamento ilegal.

A agropecuária estaria sofrendo com medidas de tributação inibidoras da atividade.

– Taxaram o boi em pé, aquele boi que o Pará estava exportando para a Venezuela e para o Líbano. Taxaram em R\$ 21 a cabeça.

Aposentados

Mário Couto ainda exigiu a votação do projeto de lei do Senado (PLS 296/03) que extingue o fator previdenciário e do PLS 58/03, que determina que os aposentados e pensionistas voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se tornaram inativos, e que também estabelece uma política permanente de reajuste de aposentadorias e pensões, com índices iguais aos concedidos ao salário mínimo.

“Planeta água” já sofre com mau uso do recurso essencial à vida

A Terra possui 1,4 milhão de quilômetros cúbicos de água, dos quais:

2,5% são água doce.

Rios, lagos e outros reservatórios potáveis e acessíveis ao homem correspondem a somente **0,26%** desse percentual.

No Brasil, de acordo com o Censo de 2000, **76,1%** da população é atendida por abastecimento de água e apenas **40%** por rede de esgoto sanitário.

A utilização da água varia de país para país de acordo, principalmente, com o grau de desenvolvimento. Porém, na média:

10% são usados para o abastecimento público, **23%** para a indústria e **67%** para a agricultura.

Em **2003**, mais de **1 bilhão** de pessoas não tinham acesso a água potável e **2,4 bilhões** a saneamento básico (ONU).

Esgotos domésticos, um problema em todas as regiões

Os esgotos domésticos estão na lista dos principais problemas observados em todas as regiões hidrográficas do país, comprometendo a qualidade das águas. Essa constatação está no volume 1 do *Caderno de Recursos Hídricos da ANA – Panorama da Qualidade das Águas Superficiais do Brasil*.

Segundo a ANA, os piores Índices de Qualidade de Água (IQA) estão em duas regiões. Na do São Francisco, os rios das Velhas, Verde Grande, Verde Pequeno e Grotuba têm a carga orgânica lançada superior à carga assimilável; na do Paraná, os rios Tietê, Piracicaba, Iguazu e Meia Ponte apresentam problemas de assimilação de cargas orgânicas.

Cícero registra debate na Paraíba sobre transposição

Ao registrar a realização de reunião, em Monteiro (PB), destinada a debater o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, Cícero Lucena (PSDB-PB) leu carta, recebida de participante do encontro cujo nome não foi citado pelo senador.

O autor da carta considera que é possível a reversão do quadro da seca que atinge a região Nordeste – “onde já se desencadeia um processo de desertificação” – com o emprego de soluções tecnológicas adequadas para a área, tais como a transposição de águas. “E essa reversão começa com a conscientização e responsabilidade de cada membro que forma a nossa comunidade”, diz a carta.